

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Requerimento nº , de 2002
(Do Sr. Wilson Santos)

Solicita a convocação de Audiência Pública na Comissão de Agricultura Política Rural para discutir a Política de Extensão Rural para o Brasil

Sr. Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convocada para o próximo dia 13 de março (quarta-feira), a partir das 15:00 horas, Audiência Pública com os participantes do Seminário Nacional Decidindo a Política de Extensão Rural para o Brasil, que estará ocorrendo nesta Casa no período em epígrafe.

JUSTIFICATIVA

Promovido pela Federação das Associações e Sindicatos da Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil e pela Câmara dos Deputados, será realizado no período de 12 a 14 do corrente mês, o **Seminário Nacional Decidindo a Política de Extensão Rural para o Brasil**, evento que terá como palco o Auditório Nereu Ramos, nesta Casa.

Dentro do papel reservado ao Estado, a missão da Extensão Rural é contribuir para a modernização da agricultura, para o desenvolvimento rural sustentável e para a promoção da cidadania e qualidade de vida da população rural.

O Sistema de Extensão Rural foi implantado no ano de 1948, e está ativo até os dias atuais na prestação de serviços aos agricultores e presente nas 27 Unidades da Federação. Apesar de todas as mudanças ocorridas em sua trajetória de 53 anos,

constitui o serviço mais conhecido e respeitado no meio rural. É a principal estrutura de apoio local à execução de políticas públicas, ambientais ou de saúde.

O Serviço de Extensão Rural oficial mantém uma rede de 4.190 escritórios, 12 mil técnicos e atendimento a 1,7 milhões de agricultores familiares, estando presente em 93% dos municípios brasileiros.

“Fumaça não pode mais definitivamente ser considerado sinal de desenvolvimento”. A noção de desenvolvimento que, ainda hoje (e até para alguns economistas), justifica a exclusão de grande parte da população humana das condições básicas de sobrevivência é uma das questões que são abordadas.

O cultivo da terra e a criação de animais ainda são um dos pilares de sustentação das relações sociais e econômicas, tanto no meio urbano como no meio rural (neste segundo especialmente). A agricultura é uma das áreas capazes de estabelecer uma nova relação social através de um processo de produção e reprodução social.

Dentro de todo um processo de transformação que parece estar se desenvolvendo, a agricultura é parte essencial. Se for chegada a hora de reestruturação social, pode-se também pensar em uma reestruturação da produção agrícola.

Como, então, reorganizar a produção agrícola de forma coerente com um ideal de desenvolvimento humano sustentável?

Provavelmente a principal alternativa refira-se à agricultura familiar. Neste modo de produção encontra-se claramente um grupo social que não possui um trabalho alienado. Antes de produzir para o mercado, a produção agrícola da pequena propriedade familiar determina um modo de vida. Diversos pensadores têm ressaltado a importância da agricultura familiar no aumento da qualidade de vida de comunidades locais.

Um novo padrão de desenvolvimento, alardeado por muitos e efetivado por poucos, passa por uma reestruturação social. Por que então aliar o “novo” a uma forma de produção supostamente “antiga e de saber tradicional”?

Trata-se de superar a idéia de que o “novo é sempre melhor” e superar também o preconceito que existe essencialmente da sociedade urbana de que o campo é um lugar distante e atrasado.

O desenvolvimento da concepção teórica do “capital social” mostra uma nova perspectiva de relação humana dentro do processo de produção. O capital social, segundo os principais trabalhos desenvolvidos atualmente diz respeito às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que

contribuam para aumentar a tomada de consciência e de organização (aumentando) a eficiência da sociedade e facilitando as ações coordenadas.

Há uma crescente mobilização social em torno desse conceito, mesmo que ainda incipiente. A idéia de capital social vem sendo base de diversas experiências, especialmente no meio rural. Onde mais se pode observar os efeitos reais de uma relação de confiança e organização na sociedade atual?

O crescimento da produtividade não pode mais ser considerado a fonte de “riqueza” para o meio rural. A partir da nova concepção de desenvolvimento rural é preciso estabelecer novas condições institucionais para o desenvolvimento.

Sala da Comissão em 11 de março de 2002.

Deputado Wilson Santos
PSDB/MT